

POR UMA AÇÃO/SUPERVISÃO COMUNICATIVA: estratégia habermasiana para repensar as práticas educativas no PROFAE.

BY A COMMUNICATIVE ACTION/SUPERVISION: habermas's strategy to rethink the educational practices in the Project of Professiobalization of Workers in the Field of Nursing.

Elioenai Dornelles Alves

*Enfermeiro, Professor Doutor - Universidade de Brasília,
Coordenador da Agência Regional FINATEC – Goiás.*

Maria Eliane Liegio Matão

*Enfermeira, Professora da Universidade Católica de Goiás,
Coordenadora Técnica da Agência Regional FINATEC – Goiás.*

Resumo: Esta reflexão filosófica busca construir alguns elementos guia que possam subsidiar as discussões sobre as metodologias de ensino em saúde e enfermagem, enquanto referencial filosófica para repensar os projetos políticos pedagógicos utilizados na qualificação de recursos humanos em saúde e das implicações com as ofertas de cursos, projetos, pesquisas e atividades extensionistas relacionadas a educação permanente em saúde. Este estudo busca resgatar uma abordagem crítica e criativa dos educadores em saúde, contribuindo para um novo olhar interdisciplinar focado filosoficamente de maneira multidisciplinar, para repensar nossa praxis nas diferentes formas de atuar.

Palavras Chaves: Recursos Humanos em Saúde; Qualificação Profissional; Projeto Político-Pedagógico.

Abstract: This philosophical reflection search to build some guide elements that can subsidize the discussions on the teaching methodologies in health and nursing, while philosophical referencial to rethink the pedagogic political projects used in the qualification of human resources in health and of the implications with the offers of courses, projects, researches and activities related to extension action the permanent education in health. This study search to rescue a critical and creative approach of the educators in health, contributing to a new look interdisciplinar focused philosophically of way multiprofessional, to rethink our praxis in the different acting forms.

Key words: Human resources in Health; Professional qualification; Political-pedagogic project.

1. As parcerias necessárias para o agir comunicativo.

A intenção de desenvolver uma proposta de trabalho crítico e criativo, utilizando como referencial uma teoria que contribuísse com inovações para a prática de enfermagem é proposto neste artigo como uma alternativa para ampliar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Educação, Promoção da Saúde e Projetos Inclusivos – NESPROM, da Universidade de Brasília - UnB, superando desafios e como iniciativa de ampliar seu papel educativo na região centro-oeste brasileira.

A somatória de experiências em educação, saúde e tecnologias, advindas das vivências e produções científicas da UnB e de seus integrantes, predominantemente profissionais da saúde e educação, fortalecem nosso objetivo neste artigo, pois são oriundas de experiências práticas com ensino, pesquisa e extensão universitária, que são resultados loco-regionais e nacionais.

Utilizamos como base teórica de nosso estudo a Teoria da Ação Comunicativa Habermas^(1,16, 17) concebe as sociedades modernas compostas por dois mundos: o mundo sistêmico e o mundo da vida. O mundo sistêmico inclui os subsistemas econômico e político e é considerado válido e necessário para assegurar a reprodução material e institucional. Já o mundo da vida é considerado o “habitat” natural dos espaços societários das instituições como a família, as associações de bairro, as comunidades de base, os sindicatos; e das organizações culturais, artísticas e científicas^(1,18).

O **mundo sistêmico** orienta-se pela ação instrumental ou estratégica, sob a forma de ação técnica que aplica, racionalmente, meios para a obtenção de fins, através do uso do poder econômico e político. O objetivo central do mundo sistêmico é o êxito, o sucesso, a dominação.

O **mundo da vida** tem como objetivo o entendimento e orienta-se pela ação comunicativa, que é a interação lingüisticamente mediada, que possibilita pensar e analisar as relações sociais quotidianas, espontâneas e padronizadas. Postula o agir/ação comunicativa com base no entendimento mútuo, possibilitando a expressão, via linguagem, a sentimentos, expectativas, desaprovações/aprovações... procurando o entendimento e o bem estar de cada um e de todos.

Em nosso entendimento, tanto a educação como a enfermagem, dois conceitos fundamentais do projeto de supervisão político-pedagógico que estamos propondo, tem suas raízes profundamente fundadas no mundo da vida das comunidades originais e primitivas. Tanto o conhecimento que ia sendo adquirido, quanto o cuidado que se apresentava como necessidade emergente, foram sendo organizados e repassados de uma geração para a seguinte. Um mundo da vida no qual não havia separação, divisão, dicotomia, entre a ação realizada e a reflexão que a precedia ou sucedia.

Hoje, no mundo em que vivemos, a vida das pessoas, das famílias, dos grupos sociais encontra-se submetida à prescrição de uma infinidade de técnicos, profissionais especializados, que ditam as normas e orientações para nossas vidas: como devemos ser gerados, nascer, crescer, morar, comer, fazer exercícios, transportar-nos, comunicar-nos... Impossível retornar à ignorância, desconforto e servidão humana, anterior à tecnologia e às

especializações. O desafio está em colocar o mundo sistêmico e suas ações instrumentais, a serviço da vida, sua qualidade e possibilidade⁽¹⁸⁾.

São inúmeras as iniciativas individuais, grupais e mesmo institucionais, que tem proposto e desenvolvido programas e projetos nos quais o valor maior está na interação, no respeito, no diálogo, na liberdade, na emancipação, na valorização das crenças e da cultura. Afirmamos que a tendência destas iniciativas é de expansão, mesmo que de maneira linear/aritmeticamente, mas com possibilidades exponenciais/geometricamente. São células, favos, alvéolos de iniciativas particulares, que poderão unir-se formando redes de expansão generalizáveis^(18,19).

Por estas constatações a teoria habermasiana apresenta indicações muito positivas para orientar o processo de construção da supervisão de projetos político-pedagógicos na área de enfermagem. A teoria da ação comunicativa apresenta regras discursivas básicas, que não devem ser tomadas como meras convenções, mas como verdadeiras pressuposições, como teoria consensual da verdade.

E são delas que nos orientamos para a elaboração desta metodologia de trabalho. Quais sejam: 1) todo e qualquer sujeito capaz de agir e falar pode participar de discursos; 2) todo e qualquer participante de um discurso pode problematizar qualquer afirmação, introduzir novas afirmações no discurso, exprimir suas necessidades, desejos e convicções; 3) nenhum interlocutor pode ser impedido, por forças internas ou externas, de fazer uso de seus direitos assegurados nas duas regras anteriores^(1, 16).

A operacionalização da teoria da ação comunicativa, no mundo da vida, ocorre através de três conceitos fundamentais: entendimento ou ação comunicativa; discurso; e teoria consensual da verdade.

E são destes princípios conceituais reflexivos iniciais de Habermas que retiramos um fragmento apontado por Freitag e Rouanet⁽¹⁸⁾ identificado nas situações ideais da fala, por entendermos que contemplam o primeiro conceito e podem contribuir com nosso processo de supervisão, podendo ser apresentadas como no **Gráfico I**.

No **GRÁFICO I** o estudo está destacado em quatro categorias Habermasianas de reflexão, que podem assim ser conceituadas: 1) a compreensão - entendida a partir da tese de que todo conteúdo transmitido é compreensível; 2) a veracidade - a intenção da fala no diálogo; 3) a verdade - a de que todo conteúdo é proposicional e de que é verdadeiro; 4) a validade - a de que para fazê-lo, enquanto fala, agia de acordo com códigos justificáveis. Pretendemos que estas categorias se interliguem em nossas situações de falas no processo de supervisão do PROFAE, conforme apresentamos no **GRÁFICO II**.

O paradigma habermasiano no processo de supervisão do PROFAE pode trazer em sua relação teórico-prática, as categorias que apresentamos no **GRÁFICO I**, que ao se complementarem, contribuem para: “a centração no desvelamento dos reais interesses que norteiam o uso do conhecimento; a qualificação democrática do argumento, configurando o assumir verdades falíveis nas esferas da vida e que englobam questionamentos tanto dos meios quanto dos fins e da ação em si mesma; a consciência da interação entre o mundo sistêmico e o mundo da vida, com suas óticas diferenciadas e da necessidade de privilegiamento do último; a consciência de que a emancipação e a autonomia só podem ser entendidas como legítimas se em suas dimensões de „autenticidade“, de „verdade“ e de „justiça“ contemplarem a „todos“ e a „cada um“(1, p. 129-130)

GRÁFICO I – Representação da Situação Lingüística Ideal^(2, p.66), Brasília, 2000.



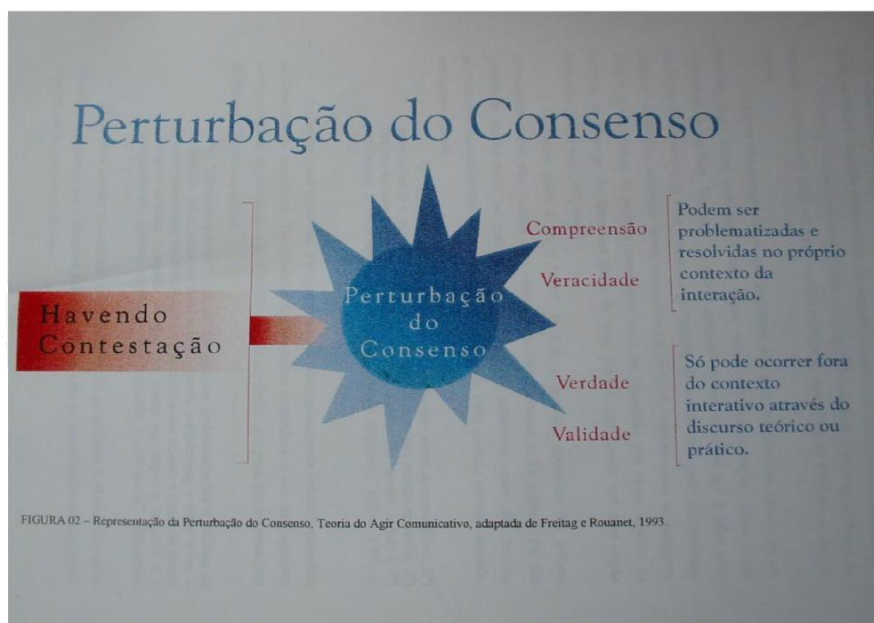
Neste referencial teórico que nos propomos trabalhar, encontramos os seguintes argumentos avaliativos: “... não podemos propor uma ruptura em direção à transformação emancipatória, se nela não estivermos imersos, indicando a coerência entre o pensar e o dizer/fazer”. (...) Tal pressuposto auxiliou a analisar nossa prática, a da instituição como um todo, a dos alunos e dos professores em relação à proposta do curso; permitiu que novas verdades, argumentativamente estruturadas, fossem criadas, negociadas, renegociadas e reinstruídas, no que se refere tanto à proposta sociopedagógica do curso, como ao redimensionamento da figura do especialista/educador/transformador e à ação cotidiana dos alunos em suas práticas como profissionais “(1, p.144)

Apesar das restrições que possam ser levantadas em relação a este método, como por exemplo, a necessidade de interlocutores esclarecidos, com capacidade de argumentação e o

tempo necessário para debate até a obtenção do consenso possível, consideramos apropriado para o exercício da criação democrática e participativa.

Caso este diálogo venha a sofrer qualquer situação de conflito, dúvidas ou necessidades de esclarecimentos, instala-se a perturbação do consenso⁽¹⁷⁾ que demonstramos no GRAFICO II.

GRÁFICO II – Perturbação do Consenso, Brasília^(2, p.67), 2000.



Quando ocorre a perturbação do consenso, os atores das falas devem buscar soluções no diálogo, envolvendo-se em níveis de discussão para o consenso. Se o distúrbio de fala for em nível de compreensão ou veracidade, as questões geradores da perturbação do consenso, podem ser problematizadas e resolvidas no contexto da interação⁽¹⁸⁾.

Se for identificada no âmbito das falas, envolvendo a verdade e a validade, então só pode ser resolvido fora do contexto interativo, por isto precisamos entender em profundidade e crítica o âmbito do conflito⁽¹⁸⁾.

Além disso, acreditamos que este paradigma auxiliará todos os envolvidos no processo de supervisão deste projeto para o desenvolvimento de estruturas argumentativas, resgatando dimensões como a da cidadania e do processo de legitimação do real em sua concretude.

Para isso é preciso que todos os interlocutores conheçam o método e proponham-se ao diálogo a procura da verdade, através do uso da razão comunicativa.

2. O contexto das falas e as necessidades para o agir comunicativo no processo de supervisão.

Inicialmente buscamos nossa fundamentação nas experiências e contribuições nos referenciais históricos e políticos da Associação Brasileira de Enfermagem, que coordenou um trabalho divulgado em um documento intitulado "***Subsídios para Formulação de uma Política de Profissionalização para o Pessoal de Enfermagem sem Qualificação Específica Empregada no Setor Saúde***" (3, p 1-4)", que faz uma reflexão sobre alguns aspectos que merecem destaques para esta proposta, pela importância histórica das lutas de enfermagem e pelo atual contexto buscando identificar as falas da enfermagem brasileira na década de 80 e posteriormente, quais sejam:

1. *Que o processo de expansão e modernização da rede de serviços de saúde no Brasil tem sido marcado pela adoção de políticas setoriais que privilegiaram a privatização do setor, a dicotomia entre prevenção e promoção da saúde, a discriminação da oferta de serviços à população em função da importância para o sistema econômico, a progressiva simplificação de procedimentos nos serviços públicos e a diminuição relativa de gastos.*
2. *Expansão, nos grandes centros urbanos, do setor privado, absorvendo tecnologias e desenvolvendo serviços especializados (...), o setor público é progressivamente desqualificado .*
3. *A expansão da rede pública fundamentada em programas de assistência integral, buscando numa pseudo-integralidade, "fragmentação", a ênfase a simplificação de procedimentos e o aprofundamento a segmentação entre os níveis de atenção (p.2).*
4. *Que a infra-estrutura para operar essa rede guarda coerência com o projeto político vigente .*
5. *Que neste cenário observa-se o crescimento da força de trabalho com distorções na estrutura ocupacional da equipe de saúde. (...). Em decorrência, os serviços incorporaram mais um componente infra-estrutural que limita sua capacidade já escassa de dar respostas às necessidades de saúde da população - a qualificação da maioria da sua força de trabalho.*
6. *O avanço do projeto político da reforma sanitária no Brasil e o alcance em última instância do Sistema Único de Saúde, assegurado na Carta Magna de 1988 de seus princípios finalísticos impõem-se portanto, as estratégias organizativas cujo caráter político extrapola os planos meramente técnicos. E é daí que sentimos a necessidade de resgatar todos os componentes infra-estruturais dentre os quais se destacam a questão dos recursos humanos.*

Neste mesmo período tem se observado uma assistência de enfermagem fragmentada, desqualificada e descaracterizada crescente em função da racionalidade do modelo. O processo de trabalho específico foi fragmentado introduzindo-se um contingente numeroso de

trabalhadores sem qualificação específica para realizar atos isolados, sem vinculação com a totalidade da assistência à saúde e a atenção aos clientes ⁽²⁻⁴⁾.

Esse contingente de trabalhadores também causou desequilíbrio na composição da equipe de enfermagem e inviabilizou o desenvolvimento de processos de treinamentos e supervisão competentes, visto que a categoria de enfermeiro era insuficiente para manter o devido equilíbrio entre o número de supervisor/supervisionado, com implicações diretamente relacionadas à: uma assistência de enfermagem desqualificada e a desvalorização do seu trabalho ⁽⁵⁾.

E como consequência, da fragmentação e desqualificação a enfermagem sofre um processo de descaracterização marcado principalmente pelos seguintes aspectos: o pessoal sem qualificação específica recebeu das estruturas administrativas nomenclaturas distintas, embora a natureza do trabalho permanecesse a mesma, como foi o caso do tradicional "Atendente de Enfermagem" que passou a ser identificado com outras denominações, levando em consideração a instituição e o vínculo ^(6,7,8). Esta abertura permitiu a entrada de outros profissionais como supervisores e instrutores destas novas categorias de profissionais, afastando o enfermeiro da sua função específica de supervisor do processo de trabalho, descaracterizando desta forma a equipe de enfermagem em um processo coletivo de trabalho.

Acreditamos que o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem - PROFAE vem de confronto com estas necessidades como uma resposta governamental a uma questão histórica e muito complexa.

3. Buscando a compreensão das bases comunicativas para uma supervisão emancipadora.

Ao construirmos um projeto de escolas, cursos, treinamentos e/ou para os serviços, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar, caracterizando como as nossas veracidades. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente. Estudos afirmam que "Todo projeto supõe "rupturas" com o presente e "promessas" para o futuro. (...) Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores ^(9, p.579),".

Nessa perspectiva, vemos o projeto processo de supervisão enquanto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de capacitação, atualização, educação em serviço, etc. O projeto/plano não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da instituição ⁽¹⁰⁾.

O projeto/plano busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

É **político** no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. “A função política da educação se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”^(11, p.100),

Na dimensão **pedagógica** reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da instituição, que é a formação do cidadão de direitos e deveres, participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. “Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às instituições, de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade”^(10, p.13). “Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da instituição, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade”^(10, p. 13), que “não é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva”

Por outro lado, propicia a vivência democrática e solidária, necessária para a participação de todos os membros da comunidade e o exercício da cidadania, que cumpre seus deveres e luta por seus direitos. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola, do serviço, da instituição⁽¹⁰⁾.

O supervisor apresenta-se, então, "como um líder (reconhecido pela competência, pela identificação com os interesses coletivos) que mobiliza que dinamiza encontros para discussão e atualização teórica das práticas. E, entre os vários objetivos desta 'mobilização' ao estudo, destacam-se, novamente, a consciência do propósito das ações e a ampliação (político-social) dos princípios e dos conceitos que as orientam"^(14, p.149).

Concordamos com a idéia e o princípio de que o supervisor não é um técnico encarregado da eficiência do trabalho e, muito menos, um controlador de produção, sua função e seu papel assumem uma posição social e politicamente maior, de líder, de coordenador, que estimula o grupo a compreensão - contextualizada e crítica - de suas ações e, também, de seus direitos⁽¹⁵⁾.

Entendemos **supervisão** como a incorporação de elementos da função e do trabalho do supervisor, destacando-se o seu papel de educador e, portanto, de profissional comprometido com o significado e as implicações sociopolíticas da educação.

Neste sentido manifestamos nossa opção de supervisão pelas formas direta e indireta. Como **direta**, entendemos no acompanhamento direto do desempenho do pessoal envolvido no curso ou atividades, planejamento, executando ou avaliando tarefas, sempre que for conveniente, pois acreditamos nesta forma como estratégia mais eficiente de supervisão. Na supervisão **indireta**, acompanhar indiretamente o trabalho da equipe supervisionada, através de relatórios, análises documentais, informações escritas e documentos elaborados no atendimento ambulatorial e hospitalar.

A periodicidade da supervisão deve ser desenvolvida sistematicamente pelos supervisores, obedecendo aos seguintes cuidados estratégicos demonstrados no QUADRO I.

QUADRO I - Subsídios para a reflexão na Supervisão do PROFAE⁽¹³⁾ - Brasília, 2002-2004.

1. Quanto a Forma	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Direta ou Indireta.</i>
2. Quanto a Periodicidade	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Diária, Semanal, Quinzenal ou Sempre que Necessário.</i> • <i>Entendida como Função Delegada</i>
3. Quanto ao Tempo	<ul style="list-style-type: none"> • <i>70% para acompanhamento, demonstração e orientação;</i> • <i>Estabelecer prioridades e cuidar a flexibilidade da ação em função das necessidades do curso;</i> • <i>30% para reuniões, entrevistas ou providências.</i>
4. Quanto aos Instrumentos	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Os instrumentos utilizados serão os recomendados, conforme destacados no ANEXO VIII do Edital 013/2000.</i>
5. Quanto as Técnicas	<p><i>Serão utilizadas técnicas direta e indiretamente:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Observação direta; Revisão de documentos;</i> • <i>Avaliação de dados; Entrevistas; Informação;</i> • <i>Demonstração; Orientação; Discussão em grupo;</i> • <i>Exposição; Reunião, e Estudos especiais.</i>
6. Quanto aos Registros	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Relatórios de supervisão</i>
7. Quanto ao Número de Supervisionados	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Preferencialmente de 15 supervisionados.</i>

Em nosso entendimento o **processo de supervisão**, enquanto “projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior das instituições, diminuindo os efeitos fragmentários da visão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão”,(10, p. 13-14) .

Entendemos que para uma ação emancipatória, não podemos supervisionar em direção a efetivação do programa se não estivermos imersos nele, o que em nossa visão contribuirá para uma coerência entre os discursos teórico e prático da categoria profissional, levando em consideração que, para a implementação deste projeto, conviveremos buscando a superação de limitações como: a) a diversidade de infra-estrutura local e a complexidade da organização

institucional; b) os diferentes níveis de apoio interinstitucional; c) as características loco-regionais de cada realidade onde a enfermagem está inserida; d) a importância e o tempo para a realização deste programa; e, e) a heterogeneidade da demanda de cursos ao programa.

A tematização de fatos, de vivências e/ou de normas necessita ser constante em nossas ações, assumindo-se nas ações a proposta da falibilidade da verdade ⁽¹⁶⁾.

Podemos ainda acrescentar, resumidamente que, a teoria de supervisão e a atuação dos supervisores nos diferentes níveis, ora fiscalizadora, ora educativa, ora apoiada na eficiência da metodologia e dos saberes científicos, produzem um discurso centrado na mudança, mas que na realidade revelam uma face essencialmente conservadora, resistente a mudanças.

Nosso compromisso com a competência leva-nos a propormos um trabalho que possa ser construído com a equipe, com os responsáveis na prática pela formação e com os supervisionados, independente do nível de atuação, favorecendo a visão crítica, o potencial individual, a predisposição a mudanças e o querer mudar, ato fundamental para um processo de supervisão educativo. E, isto implica em competência técnica e compromisso político de todos com relação ao saber-fazer.

Acreditamos no compromisso para o alcance das metas do programa PROFABE, definido por nós como o olhar voltado para os fins da educação, para o ensino, para o aluno e não a fidelidade ao sistema exclusivamente. E daí estaremos superando os riscos e limites do processo educativo rompendo efetivamente com o vínculo de submissão, com a relação estabelecida caracterizada como reguladora e normatizadora, que impõe um saber vindo de fora, em vez de auxiliar a construção de um saber coletivamente refletido e emancipador.

Se estabelecermos um paralelo entre a ação supervisora tradicional e ação supervisora renovada emancipadora, poderemos destacar algumas características da supervisão que entendemos como crítica e contextualizada, **QUADRO II**.

Os valores dessa ordem, vivenciados na prática, colocarão os supervisores ao lado dos professores para, juntos montarem um processo educativo, cujo agir comunicativo, estabelecido na relação interpessoal estabelecida, efetivar-se-á na compreensão do significado do saber construído pela humanidade.

QUADRO II - Relação da Supervisão Tradicional com a Supervisão Renovada Emancipadora ^(14, P.27), Brasília, 2002-2004.

TRADICIONAL	RENOVADA EMANCIPADORA
<i>Ter como objetivo a harmonia do grupo.</i>	<i>Explicitar as contradições, trabalhando o conflito com o objetivo de estabelecer relações de trabalho no grupo da escola.</i>
<i>Buscar a igualdade num processo de mascaramento da realidade.</i>	<i>Trabalhar as diferenças.</i>

<i>Trabalhar tendo como base seu próprio desejo.</i>	<i>Trabalhar, buscando criar demandas.</i>
<i>Ter a mesma leitura para todas as escolas.</i>	<i>Fazer a leitura da escola, considerando sua singularidade.</i>
<i>Produzir modelos de conhecimento.</i>	<i>Criar formas próprias de conhecimento.</i>
<i>Enfatizar procedimentos linearizados.</i>	<i>Enfatizar a produção do professor no interior da escola, num movimento de ensinar e aprender.</i>
<i>Ser um facilitador.</i>	<i>Ser um problematizador.</i>
<i>Ter o conhecimento como um dado absoluto.</i>	<i>Ter o conhecimento como um dado relativo.</i>
<i>Ver na proposta pedagógica mais uma forma de modismo.</i>	<i>Ver na proposta pedagógica uma possibilidade de reconstrução da escola.</i>
<i>Ter comportamento da neutralidade.</i>	<i>Ter comportamento expresso com clareza.</i>
<i>Trabalhar, tendo em vista um tipo ideal de homem.</i>	<i>Trabalhar, tendo em vista o sentido da vida humana.</i>

É preciso que o compromisso político-pedagógico de nossa equipe de professores-supervisores faça uso de um discurso teórico-prático, que há ótica habermasiana deve levar a reinterpretação crítica da burocracia imperante no sistema, a fim de colocá-la a serviço da finalidade educativa do processo de supervisão proposto.

Outro aspecto que consideramos relevante destacar é o de que o processo licitatório para a supervisão dos cursos em si, ligados ao PROFAE não garante qualidade, portanto, a supervisão é quem vai impulsionar o olhar crítico e suporte para a intermediação da proposta aprovada no mundo teórico da promessa contratual de uma das partes e sua implementação real.

Acreditamos que, aos provocarmos estas reflexões durante todo o processo de supervisão, pensando na qualidade do ensino e formação, considerando o grande número de profissionais cadastrados que necessitam desta qualificação e que queremos supervisionar, este momento no processo será enriquecedor para que o supervisor redefina seu papel, revertendo o fluxo, colocando o sistema a serviço da escola, impedindo que ela continue tarefaira, assistencialista, desviando-se cada vez mais de sua função social.

4. METODOLOGIA: por uma ação/supervisão comunicativa, emancipadora.

Este artigo é resultado parcial do projeto integrado de pesquisa intitulado *Educação e Trabalho, Educação Profissional e Tecnopolos*, apoiado pelo CNPq para o período 2002-2004, que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina, da Universidade em agosto de 2003.

Esta proposta de acompanhamento pedagógico integrado e educativo para o PROFAE-GOIAS, busca orientar todo nosso plano de trabalho respaldando nossa proposta que orientou

as exigências do edital de licitação que concorremos e por isto nos organizamos em uma Equipe Técnica e de Orientadores para o PROFAE-GO, constituído de uma **Coordenação Geral**, uma **Equipe Técnica Regional**, constituída de dois especialistas; um em enfermagem e o outro, em educação; quatro Orientadores para o acompanhamento na execução dos Cursos de Qualificação Profissional de Agência Regional; uma Orientadora de Curso de Complementação do Ensino Fundamental, todos vinculados diretamente a Licitante.

Num primeiro momento apresentamos aos integrantes de nossa equipe de trabalho as categorias habermasianas utilizadas para elaborar a proposta de acompanhamento pedagógico e para que pudesse ser entendido pelo grupo, assim ser conceituada: 1) a **compreensão** - entendida a partir da tese de que todo conteúdo transmitido é compreensível; 2) a **veracidade** - a intenção da fala no diálogo; 3) a **verdade** - a de que todo conteúdo é proposicional e de que é verdadeiro; 4) a **validade** - a de que para fazê-lo, enquanto fala, agia de acordo com códigos justificáveis.

Para o alcance de nossos objetivos na primeira fase, realizamos inicialmente a Capacitação Didático-Pedagógico de todos os participantes da equipe do *Grupo de Trabalho - PROFAE-GO* indicados e aprovados, em proposta por lote, por esta Licitante, treinamento este que aconteceu em Brasília – Campo Grande – Brasília, em três momentos distintos e ministrado pelo Ministério da Saúde.

Os atores das falas que se envolveram nesta experiência pertencem aos dois mundos habermasianos, **o mundo de vida e o mundo sistêmico** ⁽²⁾. Os que pertencem ao **mundo da vida**, são: 1) a Universidade de Brasília, enquanto parceira e com competências técnicas que atendiam o edital; 2) o NESPROM, enquanto grupo de excelência na UnB nas áreas de educação e promoção da saúde; 3) A Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, como fundação de apoio técnico para operacionalização e execução de nossa proposta; e, 4) O Ministério da Saúde, através do Programa de Profissionalização dos Trabalhadores na área de Saúde: Enfermagem que são os representantes **do mundo sistêmico** e coordenadores do projeto.

Nas demais etapas buscamos desenvolver o processo emancipatório de acompanhamento do processo, conforme proposto em atividades no **GRÁFICO III**, estabelecendo como funções do orientador pedagógico as seguintes atividades:

1. Analisar as condições onde se realizam cada fase ou etapa dos projetos cadastrados no PROFAE, facilitando e agilizando através de orientações simplificadas e de fácil compreensão o andamento do processo educativo, zelando pelo cumprimento dos objetivos específicos deste programa;
2. Participar da execução e avaliação de cada etapa ou fase do plano de supervisão proposto;

3. Contribuir para o estabelecimento de parâmetros qualitativos e quantitativos para a avaliação do processo de supervisão em dada unidade supervisionada;
4. Contribuir no levantamento e identificação de problemas, descobrindo sua origem e procurando preveni-los e corrigi-los, estimulando e incentivando medidas para as soluções possíveis;
5. Interpretar normas, rotinas e procedimentos, identificando falhas na sua aplicação e dando a devida orientação para sua correção, informando os resultados do trabalho a equipe envolvida;
6. Conhecer as necessidades, problemas e aspirações dos supervisionados. Ouvir suas sugestões e servir de elemento integrador, agindo com equidade e justiça, delegando responsabilidades;
7. Propor um cronograma de trabalho que contribua para o atendimento das recomendações deliberadas e que apoie a proposta político-pedagógica de cada unidade;
8. Ser um elo de comunicação nas diferentes etapas do processo de supervisão, supervisores e supervisionados.

GRÁFICO III - OPERACIONALIZAÇÃO DO PROFAE-GO, Região Centro-Oeste, Edital 009/2002, Brasília, 2002-2004.

I Etapa: PLANEJAMENTO		II Etapa: EXECUÇÃO			III Etapa: AVALIAÇÃO			
Ações / Categorias de Análise		Ações / Categorias de Análise			Ações / Categoria de Análise			
Compreensão	Veracidade	Compreensão	Veracidade	Verdades	Compreensão	Verdades	Verdades	Validades
<p>Elaboração de normas, rotinas e procedimentos, definindo: Tipo, Tempo, Periodicidade, Duração, Técnicas, Instrumentos, Registros e Números de Supervisionados.</p> <p>Identificar a concepção político-pedagógica e o perfil do profissional contido nas propostas curriculares;</p> <p>Compreensão da finalidade e dos objetivos dos cursos;</p> <p>Compreensão da estrutura organizacional do estabelecimento;</p> <p>Estudo das necessidades, prioridades e problemas mais comuns;</p> <p>Análise do plano de trabalho e atividades desenvolvidas;</p> <p>Identificação dos dirigentes e atribuições para tomada de decisão;</p> <p>Análise dos recursos físicos e financeiros;</p> <p>Análise dos meios de comunicação entre os serviços planejados;</p> <p>Análise dos relatórios parciais, documentos e outros registros relevantes</p> <p>Comunicar e discutir com os supervisionados as providências resultantes da supervisão</p> <p>Implementar o acompanhamento a execução das providências prescritas - Etapa II e III, do GRÁFICO II</p> <p>Preparar a etapas posteriores do processo de supervisão com base na avaliação e recomendações de cada etapa, contribuindo para o sucesso do processo proposto;</p> <p>Encaminhar aos supervisionados o relatório avaliativo de cada etapa do processo de supervisão - GRÁFICO I e II;</p> <p><i>Cumprir e fazer cumprir as funções de Supervisor dentro de parâmetros estabelecidos pela equipe durante todo o processo de supervisão;</i></p>	<p>Supervisionar os cursos definidos no projeto, orientando e demonstrando as tarefas e atividades a serem realizadas pela instituição ou pelo corpo docente envolvido;</p> <p>Aplicação das Normas de Supervisão contendo: Tipo, Tempo, Periodicidade, Duração, Técnicas, Instrumentos, Registros e Números de Supervisionados.</p> <p>Realizar as visitas de acordo com as necessidades, periodicidade previstas e as prioridades estabelecidas;</p> <p>Priorização dos Cursos, Unidades e Setores a serem supervisionados;</p> <p>Implementar a supervisão dialogando sobre os objetivos da mesma enquanto processo;</p> <p>Realizar as visitas de acordo com as necessidades, periodicidades previstas e as prioridades estabelecidas;</p> <p>Examinar os documentos, relatórios existentes, as prescrições didático e pedagógicas recomendadas a cada visita de supervisão;</p> <p>Estimular e incentivar a discussão do plano de atividades, tarefas individuais e grupais a serem desenvolvidas no processo de supervisão;</p> <p>Realizar reuniões para o estabelecimento de prioridades no processo de supervisão;</p> <p>Agendar próximas visitas e reuniões de trabalho;</p> <p>Definição do cronograma de trabalho dos supervisores para o período e curso proposto.</p> <p>Comunicar a Direção e aos supervisionados os resultados da supervisão em cada período;</p> <p>Discutir, com as partes envolvidas, os resultados alcançados pela supervisão, visando sensibilizá-los quanto as medidas que deverão ser adotadas - Etapa II , GRÁFICO II.</p>	<p>Desenvolver ações educativas em todo o processo de supervisão do projeto;</p> <p>Definir e estabelecer as mudanças necessárias em cada avaliação imediata realizada;</p> <p>Fazer e encaminhar os relatórios parciais para avaliação dos cursos supervisionados em cada etapa e fase da supervisão;</p> <p>Avaliar com todos os envolvidos do processo de supervisão, as dificuldades encontradas, as alternativas de solução e os encaminhamentos sugeridos.</p> <p>Elaborar o relatório final, encaminhando a Coordenação Técnica do Projeto no MS, como resultado da avaliação mediata, conforme estabelecido no cronograma de trabalho inicial.</p>						

FONTE: Elaborado pela equipe da FINATEC-FUB, para o atendimento ao Edital 009/2002, Brasília, 2002.

5. A ação comunicativa nos momentos de validades dos discursos, as verdades que ficaram.

Esta proposta é continuidade de uma experiência anterior, recentemente avaliada com a equipe técnica em reunião que tivemos em Brasília, dezembro de 2002, ocasião que utilizamos para realizarmos uma oficina sobre avaliação contando com a presença da Coordenação Geral do Componente I do PROFAE/MS – Componente I.

Num clima de trabalho comunicativo, saudável e feliz, com o sucesso da vivência e triste pela finalização de uma etapa, dividimos nosso trabalho em dois momentos, buscando respeitar princípios da teoria habermasiana do agir comunicativo, o do direito de falas e o de podermos registrar as falas, abrindo posteriormente para os esclarecimentos que o grupo julgasse ainda necessários.

Nossas momentos foram serem permeados de um clima amigável, franco, desafiador e levado à sério. Foi assim que o grupo concordou em elaborar um roteiro para que individualmente todos nós, que participamos da proposta nos posicionássemos por escrito e então, posteriormente, fizéssemos as apreciações finais.

Então, aprovamos os seguintes aspectos para os registros individuais: 1) Contribuições do PROFAE para minha atuação como agência regional; 2) Aspectos facilitadores do processo de supervisão; 3) Aspectos dificultadores do processo de supervisão; 4) Comentários gerais

Finalmente, buscando uma melhor compreensão das falas e destes registros, agrupamos as falas registradas na seguinte ordem: 1) *As falas gerais* - as que aparecem de alguma forma com características gerais e relacionadas ao mesmo tema ou enfoque, mas que estão em quase todas as falas dos avaliadores presentes a reunião; 2) *As falas específicas* – as que aparecem em algumas falas mas que são específicas quando relacionadas a uma operadora ou a uma parte da equipe envolvidas; e, 3) *As falas ocasionais* – as que aparecem nos registros de alguns dos supervisores e avaliadores, presentes na reunião, mas que, pela relevância do destaque, consideramos fundamental registrar para posteriores investigações ou acompanhamentos.

Considerando a necessidade de mantermos o sigilo dos avaliadores, neste relatório estaremos identificando-os como GO-1, entendendo como inicialmente pelo Estado e seguido do número de ordem na identificação das falas escritas.

Os registros das falas a seguir estão destacados como validação das verdades que foram registradas das falas com os atores das situações vivenciadas nos diálogos e então, avaliando, destacam a importância das práticas de acompanhamento oportunizadas pelo

PROFAE, enquanto experiência de uma agência regional, as falas estão destacadas, pela importância enquanto ação dialógica, e:

1. Como contribuições para a **qualificação do grupo de supervisores**, no que tange a novas experiências, oportunidades no processo de ensino aprendizagem, vivências, envolvimento na prática educativa, as falas registraram as seguintes falas:

“Minha participação foi positiva (GO1)”.

“Cumplicidade e comprometimento. Bênção de Deus. Respeito no local de trabalho e familiar (GO1)”

“Importância do projeto é que através deste podemos nos relacionar com pessoas dos mais variados níveis de enfermagem, desde estudantes, auxiliares até doutores e mestres nos quais somos “obrigados” nos espelhar para melhorarmos, como projeto através das visitas procuramos melhorar o que chega aos alunos, tentamos solucionar as ansiedades e dúvidas dos mesmos para que o produto final do projeto seja atingido (GO2)”

“A integração a supervisão e a sala de aula propicia um acompanhamento e oferecimento de um ensino de qualidade para a enfermagem, fazendo com que a categoria assuma sua verdadeira posição. (GO4)”

“Concretização de antigos sonhos financeiros (GO3)”.

2. Outro questionamento levantado aos envolvidos no estudo foi quanto aos aspectos facilitadoras do processo de acompanhamento das executoras e operadoras e as falas registraram as contribuições das experiências com **a formação, qualificação e intercâmbios de aprendizagem** dos atores envolvidos nas falas e que podem ser validadas quando dizem:

“Esta troca trouxe-nos muitos pontos positivos: oportunidades para um crescimento profissional; estímulos e incentivos para vencermos os desafios; espaço pedagógico de intercâmbios e novas experiências educativas. (GO1)”.

“Os pontos fortes do projeto são: A oportunidade dada às pessoas do interior que por uma questão financeira não conseguem se deslocar para buscarem um melhoramento profissional as oportunidades dadas. (GO2)”.

“Melhorar oferecimento de qualificação integração e confiança com o profissional e local de trabalho (GO3)”.

“Melhorar acompanhamento e respaldo para com os alunos e instituição. Melhorar oferecimento de qualificação. Integração e confiança com o profissional e local de trabalho” (GO4)

“A oportunidade dada às pessoas do interior que por uma questão financeira não conseguem deslocar-se para buscarem um melhoramento profissionais a oportunidade dada. Todos os

recursos que estão por trás das palavras PROJETO/PROFAE grandes órgãos e de respeito FINATEC, Ministério da Saúde. A continuidade que o projeto apresenta quando cada mês retornamos ao “interior” para as Visitas. (GO)

“A integração a supervisão e a sala de aula propicia um acompanhamento e oferecimento de um ensino de qualidade para a enfermagem, fazendo com que a categoria assuma sua verdadeira posição”. (GO4)

3. Caracterizando os aspectos que contribuíram para que viessem à tona **as perturbações de consenso** que foram encontradas pelos técnicos que acompanharam o processo pedagógico nos momentos de diálogos, estabelecidos entre os docentes, os técnicos, os alunos e entre os próprios técnicos. As falas desvelam questões relacionadas a salário docente, pagamentos de cartão como bolsa de estudos, o material de apoio ao aluno, o perfil dos alunos, tipo de supervisão ao projeto, infra-estrutura e destacaram:

“Quando por uma questão “X” somos abordados por alunos ou professores quanto aos salários e cartão auxílio (GO2)”.

“Melhores salários, divulgação do projeto. (GO2)”

“O porque desde a primeira supervisão alguns alunos têm seus nomes no diário e o nome não sai na listagem do SIG. (GO1)”

“Falta de material para as aulas. Falta de perfil dos alunos (GO4)”

“Não participação dos encontros de capacitação para supervisores. (GO3)”

“Não oportunidade de ter acompanhamento na elaboração dos relatórios anteriores a Julho/2002. (GO2)”

“Acato e tento me adaptar-me no sistema Quanto a tecnologia e comunicação: Quanto aos livros e apostilas são fantásticos sendo comparados a outros projetos. (GO1)”

“Quanto ao laboratório móvel deixa a desejar pela quantidade , devido ao tempo de permanência nas cidades. (GO2)”

“Abriu-se uma nova porta para a atuação do enfermeiro.(GO1)”

6. Considerações Gerais

A vivência deste estudo se deu a partir de nosso envolvimento com a supervisão do PROFAE em dois estados, Mato Grosso do Sul e Goiás nos últimos dois anos e das preocupações enquanto educador, que busca inovar, associando a escassez de referências críticos e criativos, que contribuam para emancipação em nossa prática educativa.

Evidentemente, pensamos que reiniciar com novas reflexões serão sempre desafios que podem ou não contribuir para nossa qualificação profissional.

Ao criar novas situações de falas, para que pudessemos aplicar o referencial teórico escolhido, pretendíamos vivenciar o que estávamos nos propondo a (re)construir. E foi, com a equipe que se envolveu nesta experiência que encontrei situações de falas geradoras de perturbações de consenso, com possibilidades de problematização em diferentes contextos interativos e de validação das mesmas.

Dentre as possibilidades para o agir comunicativo em uma prática emancipadora de supervisão podemos evidenciar algumas possibilidades que precisam ser repensadas em momentos de supervisão:

- 1) Neste momento nosso envolvimento preocupa-se em atender as portarias, normas, editais, orientações circulares, e-mails do PROFAE/MS, o que demonstra uma preocupação maior com a *validez* ;
- 2) Existe um grande esforço das lideranças da enfermagem, do PROFAE com o objetivo de participar de um processo democrático de qualificação de recursos humanos em saúde a partir dos processos de criação das propostas político-pedagógicas, o que em partes esclarece ajudando-nos na *compreensão* das mesmas;
- 3) Observa-se que as situações de perturbações do consenso estão entre no mundo da vida, por falta de compreensão e da **veracidade** das propostas, disse-se uma coisa e faz-se outra coisa, vivenciam-se experiência que não estão no projeto desenhado;
- 4) Mesmo assim, podemos concluir pelas possibilidades da aplicabilidade desta proposta de trabalho enquanto uma pedagogia emancipadora, a da ação comunicativa, que embora ainda no Brasil sejam isoladas podem ser fortalecidas pela enfermagem brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Tomos I e II. Madri: Taurus, 1988.
- (2) ALVES, E.D. O agir comunicativo e as propostas curriculares da enfermagem brasileira. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. **Tese** (Doutorado) em Enfermagem. UFSC, Departamento de Enfermagem, Florianópolis, 2000, 240p.
- (3) SANTOS, Isabel; SOUZA, Alina Maria Almeida; GALVÃO, Ena de Araújo. Subsídios para formulação de uma política de profissionalização para o pessoal de enfermagem sem qualificação específica empregada no setor saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.41, n.1, p.75-80, jan. mar. 1988.

- (4) ALMEIDA, J.L.T. de. Desafios éticos na formação de profissionais auxiliares em saúde. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.) **Formação de pessoal de nível médio para a saúde: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.
- (5) BARROS, M.F.R.J. A responsabilidade dos docentes na formação de pessoal de nível médio. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 95-100, jan. mar., 1985.
- (6) BARROS, S.M.P.F et al. Recursos humanos de saúde: um desafio estratégico para a qualidade de assistência de saúde e para a organização do SUS - com ênfase na Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 7-9, jan. mar., 1991.
- (7) RIBEIRO, Edilza Maria, REIBNITZ, Kenya S., SANTOS, Odaléa Maria B. Supervisão: um caminhar como o projeto de Auxiliar de Enfermagem da UFSC. **Revista Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 6, n. especial, p. 217-225, 1997.
- (8) ROMANO, RAT. E col. A experiência de implantação da Escola de Formação Técnica em Saúde Isabel Santos pela Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 44, n. 4, p. 7-10, out.dez., 1991.
- (9) VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola. Uma construção possível**. 2 ed. Campinas: Papirus, 1996.
- (10) GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.
- (11) SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**. Campinas: Autores Associados, 1993.
- (12) SAUPE, Rosita. (org.) **Educação em Enfermagem: da realidade construída para a possibilidade em construção**. Florianópolis: UFSC, 1998.
- (13) BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores na Área de Enfermagem – PROFAE, Centro Oeste. **Edital 013/2000**. Brasília, 2000.
- (14) RANGEL, Mary (org.) **Nove olhares sobre a supervisão**. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- (15) MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: a marca de escola. **Educação e Contexto**, Ijuí, n. 18, abr./jun., 1990.
- (16) HABERMAS, Jurgen. **Teoria y praxis: estudios de filosofia social**. Madrid: Tecnos, 1987.
- (17) HABERMAS, Jurgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989
- (18) FREITAG, Barbara. **Piaget: encontros e desencontros**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985 (Coleção Diagrama, 11).
- (19) BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Supervisão em Estabelecimento de Saúde. Brasília, CDMS, 1983.